



estudos e
relatórios

**Conselho Nacional de
Educação**

Conselho Nacional de Educação
Rua Florbela Espanca

www.cnedu.pt
cnedu@mail.telepac.pt

1700-195 Lisboa
Portugal

tel.: + 351 21 793 52 45
fax: + 351 21 797 90 93



A Educação das Crianças dos 0 aos 12 Anos

estudos e relatórios

**A Educação das Crianças
dos 0 aos 12 Anos**

RELATÓRIO DO ESTUDO
A Educação das Crianças dos 0 aos 12 Anos

Introdução

Isabel Alarcão

Parte I – Caracterização da situação

- . Desenvolvimento e aprendizagem na infância
Gabriela Portugal
- . Os Olhares da sociedade portuguesa sobre a criança
Manuel Sarmiento
- . Políticas públicas da educação das crianças dos 0 aos 12 anos
Natércio Afonso
- . Organização da educação das crianças dos 0 aos 12 anos em seis países
Teresa Gaspar

Parte II – Linhas estratégicas para repensar a educação dos 0 aos 12 anos

- . Educação de infância e promoção da coesão social
Teresa Vasconcelos
- . Que educação queremos para a infância?
Maria do Céu Roldão

Considerações finais e recomendações do estudo

Isabel Alarcão

Anexo

Relato-síntese da *Workshop* realizada em 29 de Janeiro de 2008

Os Olhares da Sociedade Portuguesa sobre a Criança

Manuel Jacinto Sarmento⁷

Introdução

As mudanças na sociedade portuguesa das últimas décadas enquadram-se no conjunto de transformações estruturais mais vastas que prefiguram uma alteração do modelo social contemporâneo. De acordo com a análise empreendida por vários sociólogos sobre o sentido dessas transformações (Lash & Urry, 1987; Beck, Giddens & Lash, 1997; Dubet, 2002; etc.), a sociedade moderna tem visto vários dos seus pilares constitutivos erodidos e as suas instituições em “declínio”. A segunda modernidade – expressão que significa o sentido desta alteração do modelo social, a um só tempo em continuidade e em ruptura com a Modernidade erigida a partir do século XVIII, sustentada que foi nos pilares da soberania do Estado-Nação, na concepção humanista do mundo, na assunção dos princípios da razão, do progresso, da ciência e da liberdade individual e assente no modelo económico do capitalismo liberal – prefigura-se como uma época social onde alguns princípios modernos estruturantes da formação social foram radicalizados, criando novos equilíbrios instáveis e desafiando os processos de regulação social em vigor.

Dois vectores emergem como estruturantes das relações sociais na segunda modernidade, nos vários âmbitos, níveis e espaços estruturais: a globalização e a individualização. Se o primeiro supõe a criação de

⁷ Professor Associado do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

relações universais que tendem a ser suprarreguladas pelo interesses e a(s) cultura da(s) potência(s) hegemónica(s), o segundo resulta do modo como os laços sociais são estruturados a partir dessa mesma hegemonia – a “sociedade dos indivíduos” (Elias, 1991) assenta na concorrência por recursos (trabalho, reconhecimento, estatuto social, etc.) que fazem recair no indivíduo a total responsabilidade pelo seu êxito. Uma “sociedade de risco” (Beck, 1992) – tal é a caracterização feita da sociedade contemporânea, onde se inscreve a quebra do princípio da confiança em que se estruturou o contrato social da modernidade e se evocam os múltiplos perigos (ambientais, de ameaça bélica e terrorista, de rupturas dos sistemas regulatórios, etc) que marcam, no plano macro-social das relações políticas e económicas globais, e micro-social das relações interindividuais, os quotidianos na contemporaneidade.

A ideia moderna da infância é necessariamente afectada e influenciada por estas mudanças sociais. A infância desenvolveu-se inicialmente como “sentimento” e consolidou-se como “norma universal” relativa ao grupo etário mais jovem com o dealbar e o decurso da modernidade (cf. Ariès, 1973; Becchi & Júlia, 1998) Heywood, 2002). Ora, a infância contemporânea está na confluência de mudanças que ocorrem em todos os domínios da vida social. Nesse sentido, a ideia contemporânea da infância está em plena transição, o que arrasta consigo alterações nas representações e imagens que a sociedade projecta sobre as crianças, nos procedimentos de “administração simbólica da infância” (Sarmento, 2004), onde se jogam as prescrições e interdições na vida individual e colectiva das crianças, e nas instituições e práticas sociais que envolvem crianças. Essas mudanças encontram nas alterações da composição e estatuto familiar, na reorganização dos espaço-tempos da vida quotidiana, nas opções das políticas sociais (nomeadamente no que respeita à crise anunciada do Estado-Providência e às suas incidências na redistribuição e nas transferências sociais para as famílias), nos progressos tecnológicos e na invasão do espaço doméstico pelas tecnologias de informação e comunicação, na influência dos *media*, nas alterações ambientais e nos seus efeitos sobre a saúde infantil e, de forma mais geral, nas mudanças das instituições para as crianças – e, em

particular, da escola – as principais variáveis configuradoras da alteração dos mundos de vida das crianças (e.g., Qvortrup, 1991; Hofferth & Owens, 2001; Lee, 2001; Prout, 2005).

Em Portugal, muitas dessas mudanças ocorreram tardiamente, por comparação com grande parte dos países europeus. Por consequência, há uma concentração de muitas delas num espaço de tempo relativamente reduzido; mas o seu impacto é, por isso mesmo, mais sensível e notório, porque mais intenso. Em especial, nos últimos 20 anos (que correspondem ao período de vigência da Lei de Bases do Sistema Educativo e de participação no interior da União Europeia – aprovada e promulgada que foi a Lei em 1986 e em 1986 celebrado o acordo de entrada de Portugal na então CEE –, com efeitos necessariamente implicados na vida das crianças portuguesas) as mudanças encontraram um grande incremento. Podemos dizer que a infância portuguesa contemporânea não vive nas mesmas condições que aquela que serviu de referência aquando da aprovação da Lei de Bases: intensificaram-se factores que já então estavam presentes (de natureza demográfica e quanto à composição multicultural da população portuguesa, por exemplo), mas outros emergiram que configuram novas realidades, nomeadamente no que respeita ao enquadramento jurídico da infância e aos elementos e valores simbólicos com que (n)a sociedade portuguesa se constitui a administração simbólica da infância.

Essas mudanças, com implicações na vida das crianças e com tradução inevitável no modo de entender a missão cívica da educação pública, serão apresentadas nas suas características demográficas, legislativas, sociais, culturais e simbólicas.

Características demográficas

Os traços mais marcantes na evolução demográfica da população portuguesa nas últimas décadas foram o envelhecimento da população, a alteração da relação entre população jovem e população envelhecida (como mudança da relação tradicional e consequente sobreposição

estatística desta face àquela) e a diminuição absoluta do número de crianças e jovens. Com efeito, nas últimas décadas, a sociedade portuguesa não deixou de perder crianças, alterando-se muito radicalmente a relação quantitativa entre gerações; há menos crianças e a tendência é para que haja cada vez menos, em termos relativos e absolutos. O número de cerca de um milhão de crianças (entre os 0 e os 18 anos) a menos, no espaço dos últimos 20 anos, é muito expressivo dessa perda demográfica,

As consequências desta diminuição são visíveis a vários níveis: no plano económico, com insuficiência a prazo da população para manutenção da força laboral necessária às actividades económicas; no plano da sustentabilidade do sistema de protecção social, pelo desequilíbrio entre população contribuinte e população beneficiária; no plano institucional, pelo *superavit*, a prazo, de equipamentos para a infância (as escolas rurais são o exemplo mais frequentemente invocado a este propósito) e a exigência de novas orientações, recursos e dinâmicas institucionais para a população envelhecida; no plano simbólico, pela configuração de uma identidade colectiva marcada pela dificuldade de renovação das gerações e pelo despovoamento e envelhecimento de amplas franjas do território, sobretudo no interior.

A situação é decorrente de vários factores estruturais, onde se destacam as mudanças na dinâmica da fecundidade, com o acesso generalizado à contracepção médica eficaz, a difusão de valores e padrões de afectividade menos centrado no processo de afiliação, mudanças nos estilos de vida e na relação com o corpo, a sexualidade e a identidade de género (Almeida e André, 2004; Cunha, 2007). É também decorrente das alterações económicas da sociedade portuguesa, do crescimento da taxa de ocupação feminina associada à precariedade do emprego e das estratégias de carreira dos progenitores, potencialmente divergentes das aspirações à parentalidade.

A inversão desta situação, estando articulada com políticas que entroncam nos modelos de desenvolvimento sócio-económico, não

dispensa, como é sugerido por múltiplos estudos, políticas de família que promovam maior protecção materno-infantil e condições satisfatórias de afiliação (e.g. Wall, 2005 e no prelo; Cunha, 2007).

Em articulação com aqueles factores (ainda que não necessariamente em interdependência), as mudanças na estrutura familiar têm vindo a acentuar-se de modo muito visível nos últimos anos, com o retardamento da idade de casamento, o aumento dos divórcios e recomposições familiares, a diversificação dos agrupamentos familiares e a diminuição do número de filhos por casal concorrem concorrendo para uma situação que simultaneamente destaca a variabilidade da norma da infância, a diversificação e a complexificação das condições de existência das crianças nas famílias contemporâneas (cf. Almeida, 2000).

Alguns indicadores permitem uma melhor percepção desta realidade:

– Crianças existentes em Portugal (0-14 anos): 1981, 2 508 673; 1990, 1 972 403; 2005, 1 644 231 (menos 964 442, em 24 anos, isto é menos 39%) (fonte: Portugal-INE, 2006 e INE, Censos 1981);

– Percentagem das crianças portuguesas no total da população nacional em 2005: 15,6%. Menos do que a população fora da idade activa, maiores de 65 anos: 17,1% (fonte: Portugal-INE, 2006);

– Taxa bruta de natalidade (n.º de nascimentos anuais por 1.000 habitantes): 1990, 11,7; 2005, 10,4 (fonte: Portugal-INE, 2006);

– Taxa bruta de mortalidade (n.º de óbitos anuais por 1.000 habitantes): 1990, 10,3; 2005, 10,2 (fonte: Portugal-INE, 2006). Aproximam-se muito as taxas de natalidade e de mortalidade, isto significa que tendencialmente morrerão por ano mais pessoas do que as que nascem;

– Taxa de fecundidade geral (número de crianças nascidas num determinado ano por mil mulheres em idade fértil, dos 15 aos 49 anos): 1990, 46,5; 2005, 41,8 (fonte: Portugal-INE, 2006);

– Índice sintético de fecundidade (número médio de filhos por mulher em idade fértil, 15 a 49 anos): 1990, 1,6; 2005, 1,4 (fonte: Portugal-INE, 2006). Sendo o índice técnico de fecundidade considerado necessário para a reposição populacional de 2,1, não apenas essa reposição não está assegurada, como tem vindo a diminuir, tal como a taxa de natalidade;

– Taxa bruta de nupcialidade: 1990, 7,2; 2005, 4,6 (fonte: Portugal-INE, 2006). Há muito menos casamentos; o nascimento de filhos fora do casamento emerge como um factor muito significativo: menos 30,7% em 2005 face a 1990 (fonte: Portugal-INE, 2006);

– Idade média da 1.ª maternidade: 1990, 24,8. 2005, 27,8 anos (fonte: Portugal-INE, 2006);

– Número de casamentos dissolvidos por divórcio: 1990, 15,9%; 2004, 34,0%. O número de divórcios, neste período, aumentou em média 7,2% ao ano (fonte: Portugal-INE, 2006);

– Aumento da população imigrante: 33 465 crianças dos 0 aos 14; 2% da população total de crianças (fonte: Portugal-INE, 2006).

Os dados demográficos necessitam de ser lidos no quadro das mudanças sociais, nomeadamente no que respeita aos indicadores sociais caracterizadores da formação social portuguesa contemporânea. Antes de analisarmos esses indicadores, faremos um breve balanço da produção legislativa das duas últimas décadas que se revela como a mais significativa na edificação da ordem legislativa da infância portuguesa.

Características legislativas

A definição de um quadro jurídico de referência para a promoção e protecção das crianças corresponde a uma necessidade que tem vindo a ser reconhecida desde o início do século XX quando Ellen Key proclamou o século XX como “o Século das crianças”. O reconhecimento da infância como objecto de legislação específica e das crianças como *sujeitos de direitos* sofreu um grande incremento, no plano

internacional, com a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989, da Convenção sobre os Direitos da Criança. A ordem jurídica da infância encontra nesse documento o seu referencial essencial, assinalando a especificidade do grupo geracional e as especiais responsabilidades da sociedade para com as crianças.

Em Portugal, as últimas décadas marcaram uma evolução muito favorável no que respeita à legislação que salvaguarda a promoção e protecção das crianças. A produção legislativa tem acompanhado a evolução que no plano mundial tem sido preconizado no domínio de políticas públicas para a infância. As áreas de produção legislativa abrangem os direitos de *protecção*, mas alargam-se ainda a domínios usualmente designados como de *provisão* e ainda de *participação* (cf. Hammarberg, 2000). Sem preocupação de exaustividade, referenciamos, numa sequência cronológica, os documentos legislativos que melhor assinalam a evolução legislativa que regula os mundos de vida das crianças portuguesas:

- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/1986, de 14 de Outubro) – define, organiza e regula a educação das crianças (a partir dos 3 anos de idade), enquanto direito público;

- Ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989, foi ratificada em Portugal em 21 de Setembro de 1990, assegurando e reconhecendo as crianças como detentores de direitos;

- Criação das Comissões de Protecção de Menores (Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de Maio) – institui um sistema participado, de base comunitária e intersinstitucional de protecção das crianças. Este diploma desjudicializa a promoção dos direitos da criança e institui um sistema de protecção, instituindo uma articulação entre o Estado e a sociedade organizada que configura uma acção inovadora de responsabilidade social colectiva;

- Regulação e desenvolvimento da educação pré-escolar, pela Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro);

- Criação do Programa para a Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil – PEETI (Resolução do Conselho de Ministros de n.º 75/98, de 4 de Junho) – estabelecendo acções de prevenção do abandono escolar, de combate à exploração económica das crianças e de reinserção escolar e social das crianças em situação de trabalho. Este programa foi reorganizado e retomado com a criação do PETI – Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004 de 20 de Março);

- Reforma do sistema jurídico de protecção das crianças, com a separação jurídica das crianças vítimas de negligência ou maus-tratos, colocadas ao abrigo da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro) das crianças que cometeram delitos qualificados como crimes (Lei Tutelar Educativa – Lei n.º 169/99, de 14 de Setembro) e institui a Comissão Nacional para a Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – o novo ordenamento jurídico aprofunda e amplia o sistema de protecção de base sócio-comunitária e de responsabilidade social colectiva, cuja filosofia de base se encontra já consagrada na lei que instituiu as então chamadas Comissões de Protecção de Menores;

- Lei da Adopção – institui novas regras e visa tornar mais ágil o processo de adopção (Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto);

- Proibição dos castigos corporais a crianças, através da revisão do Código Penal, que expressamente consagra, pela primeira vez, no seu artigo 152 esta medida e protecção das crianças (Lei 59/2007, de 4 de Setembro).

Todavia, assistem dois problemas no que respeita à construção de uma infância juridicamente protegida em Portugal: a contradição entre a lei escrita e a lei de facto e a não inscrição, no plano simbólico, de valores sociais inscritos no espírito da lei. No que se refere ao primeiro aspecto é especialmente marcante a contradição entre as medidas de protecção que preconizam a intervenção em meio familiar, o acolhimento em famílias de acolhimento ou a adopção de crianças em situação de

risco e o muito elevado número de crianças institucionalizadas; no segundo aspecto é, sobretudo, visível o facto de estar completamente arredado da agenda aquele que é o conjunto de direitos mais inovadores da Convenção sobre os Direitos da Criança e o tema central do debate internacional sobre a construção de políticas públicas para a infância – a participação infantil (cf. Archard, 1993; Alderson, 2000; Franklin, 2002; Fernandes, no prelo).

Características sociais

Os indicadores sociais das crianças portuguesas exprimem uma realidade paradoxal: a situação global da infância portuguesa melhorou nas últimas décadas, mas são desiguais os desenvolvimentos dessas melhorias, por efeito das desigualdades sociais e porque as medidas de política adoptadas nem sempre são convergentes com os resultados esperados, sendo estes, em alguns casos, manifestamente insatisfatórios.

Os efeitos mais importantes das políticas sociais adoptadas encontram-se na convergência do alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos de escolaridade e/ou 15 anos de idade, na sequência da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, com medidas destinadas a combater as situações de pobreza extrema e a contribuir para a integração social das crianças dos grupos sociais de menores rendimentos. Entre as medidas direccionadas para estes grupos deve considerar-se a criação, em 1996, do Rendimento Mínimo Garantido (actual Rendimento Social de Inserção, a aprovação de programas como o Plano para a Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil, ex-PEETI actual PETI, as medidas do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI).

Se a escolarização de todas as crianças entre os 6 e os 15 quinze anos de idade encontra hoje taxas de cobertura que tornam residual (ainda que não despreciable) a situação de abandono, já os indicadores sobre a situação económica e o conforto das crianças não apresentam

resultados satisfatórios. Assim, a taxa de pobreza infantil agravou-se nos últimos anos (Portugal, Ministério do Trabalho e da Segurança Social 2006:15). O aumento das desigualdades sociais poderá estar na base da explicação para o facto dos progressos verificados não serem, com efeito, generalizados. Face a esta situação, importa registar que as transferências sociais para as crianças e famílias não têm acompanhado o aumento global, se considerarmos a totalidade das transferências realizadas pelo Estado no âmbito das prestações sociais.

De modo similar, apesar dos progressos legislativos verificados no âmbito da promoção dos direitos e protecção das crianças contra o perigo, os resultados da intervenção das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens mostram um significativo crescimento do número de situações diagnosticadas e das intervenções efectuadas. Este facto será certamente resultante da maior atenção pública à violação dos direitos da criança – e, nesse sentido, não poderá deixar de ser reconhecido como um sinal positivo – mas é também certamente consequência de um agravamento da situação social junto das camadas sociais e sectores sociais menos protegidos.

Há, em síntese, uma acumulação de factores, de índole e sentido diferenciados, que poderá explicar este crescimento. Em complementaridade, regista-se o elevado número de crianças em situação de acolhimento institucional, sintoma da reconhecida dificuldade em garantir projectos de vida às crianças em situação de abandono ou mau-trato familiar que lhes garanta uma inserção em contexto familiar (nomeadamente no âmbito da adopção). Entretanto, os maus-tratos intrafamiliares são uma das características críticas mais assinaladas pela UNICEF (2003) no que respeita aos indicadores de bem-estar das crianças portuguesas.

Em contrapartida, são de assinalar os significativos progressos em indicadores como a taxa de mortalidade infantil (com resultados que colocam Portugal no topo dos países do mundo com melhores indicadores) e no combate à exploração do trabalho infantil, pese embora

nos faltarem elementos estatísticos susceptíveis de comparação (cf. Sarmiento, 2005).

Mas um olhar por alguns desses indicadores poderá melhor ilustrar a referida situação paradoxal que temos vindo a reportar:

- Taxa de pobreza infantil: 23% (taxa de pobreza da população adulta: 21%) (fonte: PNAI, Portugal, 2006);
- Transferências sociais: em 1990, 13.9% do PIB; em 2000, 20,5% do PIB (+6.6%) (fonte: UNICEF, 2005);
- Percentagem do aumento total das transferências sociais (dados referidos ao período de 1990 para 2000): 6.6%; percentagem do aumento das transferências para as famílias: 0,16%(fonte: UNICEF, 2005);
- Crianças em situação de trabalho infantil (2001): 48.914, das quais 7.200 em situação de trabalho por conta doutrem (fonte: Portugal – Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2003);
- Crianças portuguesas mortas vítimas de violência familiar ou por morte violenta com causa indeterminada: 3.7 em cada 100.000 – o n.º mais elevado nos países mais desenvolvidos (fonte: UNICEF, 2003);
- Taxa de mortalidade infantil em 2005: 3 por mil crianças nadas-mortas, 4 por mil crianças até 1 ano de idade; 5 por mil até 5 anos de idade (fonte: UNICEF, 2007);
- Crianças com processos instaurados pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2006 – 25209; e em 2000 – 1623 (fonte: Comissão Nacional de Protecção para as Crianças e Jovens em Risco);
- N.º de crianças que vivem em instituições de acolhimento em 2006 – 12245 (fonte: Instituto de Segurança Social, 2007).

Todos estes indicadores apresentam elementos que sinalizam parcialmente o lugar que a criança actualmente ocupa na sociedade portuguesa. Eles precisam de ser interpretados em conjunção com todos

os outros (demográficos, legislativos e culturais e simbólicos) que exprimem as particularidades da condição social da infância contemporânea, marcada, como temos vindo a enfatizar, pela complexidade e pelo paradoxo.

Características culturais

Os traços mais marcantes da evolução das características da infância portuguesa no plano cultural articulam duas dimensões fundamentais: em primeiro lugar, o aumento da frequência das instituições educativas (considerando o efeito conjugado do aumento das crianças na educação pré-escolar, e da diminuição significativa do abandono escolar, dentro da escolaridade obrigatória), o que significa que a tendência da sociedade portuguesa tem caminhado no sentido (embora com atraso no que respeita à maior parte dos países da União Europeia) de uma infância progressivamente mais escolarizada, com envolvimento de cada vez mais crianças nas instituições educativas (o que não é a mesma coisa); em segundo lugar, pela maior dominação do espaço cultural infantil pelos adultos, através da ocupação das crianças sob supervisão adulta (por efeito da escola a tempo inteiro e do crescimento dos serviços de ocupação de tempos livres das crianças), e pelo efeito da ocupação das crianças sem supervisão directa (o que não significa necessariamente “tempos livres”) em actividades, jogos e brincadeiras pré-estruturadas, nomeadamente nos jogos electrónicos, na Internet, face à televisão e, de forma mais geral, no uso das tecnologias de informação e comunicação.

As duas dimensões conjugadas configuram uma infância onde o desenvolvimento das culturas infantis está menos enraizada em práticas espontâneas de interacção de pares, em jogos, brinquedos e brincadeiras inventados ou adaptados pelas crianças e em espaço-tempos de regulação autónoma, – configuradores de uma “ordem social das crianças (Ferreira, 2004) – e mais ancorada em contextos estruturados e práticas sociais programadas.

A “institucionalização” das crianças (no sentido corrente do termo, isto é pela permanência no interior de instituições, durante um período muito alargado do quotidiano) vai a par com a importância que a indústria cultural (especialmente, mas não apenas a dos conteúdos digitais) ocupa no que resta dos tempos que sobram à vida dentro das instituições.

Em particular, no que respeita a este último aspecto, nos últimos anos assistiu-se ao nascimento de uma geração precocemente competente no que diz respeito à utilização das tecnologias de informação e comunicação. A influência da indústria cultural para as crianças, ainda que não atinja todas as crianças por igual e seja mesmo factor de novas clivagens sociais, contribui para a criação da figura da criança-consumidora, nomeadamente de jogos e aparelhos electrónicos. As interações infantis encontram um espaço virtual de concretização, com prejuízo de formas mais tradicionais de vida e usufruto cultural (ao ar livre, no convívio directo, em jogos e desportos tradicionais).

A mudança de comportamentos induzida (nomeadamente com maior sedentarização, menor usufruto ambiental; com um convívio mais espaçado e feito em contexto institucional), tem efeitos no que respeita aos modos de apreensão e representação da realidade pelas crianças, aos padrões de interacção e mesmo à própria corporalidade (a redução da mobilidade tem sido associada ao aumento dos factores de obesidade, por exemplo).

Esta realidade originou mesmo a tese da morte da infância (Postman, 1983), por perda da identidade infantil, em consequência, nomeadamente, da influência dos media sobre as crianças. Apesar desta tese se ancorar em dados de facto, não parece suficientemente consistente para evidenciar a perda da alteridade infantil e, portanto, para provar que todas as crianças se adultizaram precocemente ante a invasão dos seus mundos de vida pelos *media*. As crianças não são receptoras passivas dos conteúdos mediáticos, reinterpretam-nos e reinvestem-nos na sua vida de acordo com o seu imaginário (cf Pinto, 2000; Buckingham, 2000). As

culturas infantis (Corsaro, 1997) são penetradas por aqueles conteúdos, mas não são redutíveis a eles. As crianças constituem-se como intérpretes culturais, investindo os elementos específicos que configuram os modos de apreensão e simbolização do real, de acordo com as gramáticas das culturas da infância (Sarmiento, 2004).

No entanto, estas transformações têm incidência nas relações intergeracionais: o processo socializador complexifica-se, tornam-se plurais as expectativas, os valores de referência, o próprio reconhecimento mútuo entre gerações; as competências (nomeadamente no uso das TIC) e as fontes de legitimação da autoridade (Renaut, 2002) são alteradas e procuram novas ancoragens. Tudo isto tem implicações no processo de construção do conhecimento, nas bases motivacionais, nos códigos de comunicação e nas formas de aprendizagem.

Em relação com estas características, mas de modo tangencial, tem emergido também na sociedade portuguesa uma nova cultura face à infância, com expressão porventura ainda marginal, mas com sustentação em algumas políticas públicas, sobretudo locais, e em algumas práticas discursivas. O “Movimento das cidades educadoras” é porventura o sinal mais expressivo da abertura de uma nova cultura face à infância, pela consideração das crianças como munícipes a tempo inteiro e pelo investimento da ideia, gerada nomeadamente no âmbito dos movimentos pelos direitos das crianças, das crianças como cidadãos activos (Sarmiento, Fernandes e Tomás, no prelo).

Alguns indicadores sobre os quotidianos infantis permitem compreender melhor esta realidade:

– A principal actividade das crianças portuguesas nos tempos livres consiste em ver televisão (fonte: Portugal-INE 2001; Duracell Toy Survey, 2007);

– Tempo dispendido em média pelas crianças portuguesas a ver televisão: variação entre 2h e 17 minutos – meninas entre 6 e 9 anos – e 2h e 40’ – rapazes entre os 10 e os 14 anos (fonte: Portugal-INE 2001);

– As crianças portuguesas são, entre as crianças europeias, as que menos brincam com os pais: apenas 6% dizem fazê-lo regularmente (fonte: Duracell Toy Survey, 2007);

– Tempo médio de sono das crianças portuguesas – 9h 40' (fonte: Portugal-INE, 2001);

– Os produtos para crianças constituem o principal mercado de *franchizing* (fonte: Marktest).

Em suma, a mudança na sociedade contemporânea tem reflexos nos mundos culturais das crianças. As características inerentes às condições culturais de existência das crianças são, simultaneamente, decorrentes da oferta social – caracterizada pela crescente importância do mercado de produtos e de conteúdos culturais para as crianças – e da criação de apetências e aspirações infantis. Essas condições estão necessariamente implicadas, ainda que raramente isso seja tido em linha de conta, nas relações das crianças com a escola e nos processos de aprendizagem.

Características simbólicas

A análise da condição social da infância na sociedade portuguesa não poderia ficar completa sem levar em linha de conta o modo como se estabelecem e se difundem as representações sociais sobre as crianças. Numa contemporaneidade marcada por processos de “reflexividade institucional” (Giddens, 1988), isto é, por uma contínua indução de modos de interpretação dos acontecimentos e das situações realizadas por agências de difusão do conhecimento pericial e disseminadas pelos *media*, a infância configura-se como uma categoria social investida simbolicamente de características decorrentes das representações sociais dominantes. Isto é, as crianças integram uma categoria geracional (a infância) que se caracteriza por indicadores demográficos e sociais, por dispositivos jurídicos que regulam os seus contextos de vida e ainda por representações sociais que as identificam e conduzem à compreensão dos seus comportamentos e acções.

As representações sociais podem ter uma base científica (e nas sociedades reflexivas, têm-nas), mas correspondem a processos de fusão entre as bases periciais de conhecimento e o senso-comum, (cf. Jodelet, 1989), sendo, por consequência, atravessadas por ideologias, preconceitos, ideias-feitas e lugares comuns. Porém, as representações sociais são funcionais, dado que garantem uma pauta de interpretações (mesmo quando erróneas) para o quotidiano. As crianças são, por isso, na sua vida, “julgadas” e “agidas” pelos adultos em função do que estes “representam” o que elas são.

Ora, na sociedade portuguesa contemporânea, não apenas “as crianças são notícia” (Ponte, 2005), como se constituem como o objecto de uma produção científica muito ampla, crescente, diversificada e multidisciplinar (cf. Pinto e Sarmiento, 1999). Dessa forma, a configuração simbólica da infância assume uma especial relevância.

Podemos afirmar que as representações sociais sobre as crianças tendem a situar a infância portuguesa na relação entre dois pólos: a crise e a esperança. Estes pólos não se contrapõem dicotomicamente, antes se relacionam, e por vezes se entrecruzam mutuamente numa *mélange* representacional, que é algo paradoxal, mas não necessariamente contraditória.

Do lado da crise avulta a imagem de uma infância vítima de uma sociedade que não a respeita nem salvaguarda os seus direitos. Na verdade, nunca as crianças foram tão vivamente apresentadas na crueza do seu sofrimento. Veja-se o caso Casa Pia; as mortes sucessivas de crianças vítimas de negligência ou de sevícias e maus-tratos físicos, frequentemente no contexto intra-familiar; as vítimas de violência sexual, no âmbito de redes pedófilas; as crianças vítimas de erros judiciais, etc. O caso Maddie é apenas o último (e talvez paradigmático, etc.) exemplo deste sofrimento que erode a imagem da infância como a idade da felicidade e inocência.

Além disso, outros indicadores convergem nesta ideia de crise: as informações sucessivas de situações de doença (o aumento das alergias,

os sintomas de risco cardio-vascular, as doenças respiratórias), de mal-estar físico (o aumento da obesidade⁸ ou a de situações de anorexia) ou psicológico (o aumento de situações diagnosticadas de depressão infantil ou de hiperactividade).

Mas a ideia de crise aparece também associada às crianças como agentes de violência ou de disrupção social. Neste domínio, as situações de comportamentos desviantes de crianças, de indisciplina e violência nas escolas, de *bullying*, ou mais difusamente os comportamentos anti-sociais das crianças, tidas, por exemplo, como consumidoras compulsivas e “birrentas”, incapazes de uma cultura do esforço, da disciplina e da aprendizagem, configuram o lado mais expressivo da crise de uma (ideia de) infância “naturalmente boa”, herdada das concepções rousseauianas do “bom selvagem”.

Estas representações não eliminam, no entanto (pelo contrário, associam-se muito frequentemente), a ideia da infância como a geração que resgatará o país da sua inferioridade perante os outros países mais desenvolvidos.

A infância aparece simbolicamente (e de novo) revestida da esperança de desenvolvimento e de progresso social da sociedade portuguesa: é do aumento da qualificação das novas gerações, saídas da escola com elevados padrões de formação, que se esperam as mudanças do modelo de desenvolvimento e a criação de riqueza.

Em suma, o paradoxo da infância contemporânea revela-se no facto das crianças concentrarem a esperança colectiva, quando há cada vez menos crianças e o horror toma conta da descrição mediática da sua vida. Ao mesmo tempo, emergem discursos que diabolizam as crianças, no regresso a concepções que fizeram história há três séculos atrás (sucodem-se queixas ao consumismo infantil e ao “egoísmo” dos filhos,

⁸ A este propósito, é de referir o estudo de Padez *et al.* (2005), que, com base numa amostra de 4511 crianças portuguesas de 7 a 9,5 anos, encontraram uma percentagem de 31,5% crianças com excesso de peso e 11,3% obesas.

hotéis e restaurantes vedam o acesso a crianças, expande-se o medo perante bandos infanto-juvenis e meninos na rua, etc.).

A insegurança infantil caminha a par da insegurança dos adultos perante a situação das crianças. Mas, ao mesmo tempo, reinventa-se a esperança do resgate da situação actual pelas crianças (no plano individual, nomeadamente por efeito da confiança depositada em que os filhos garantam a transmissão do dom ou a mobilidade social ascendente; no plano colectivo, por efeito da defesa de que as novas gerações “qualificadas” poderão ser protagonistas de um novo modelo de desenvolvimento social). A polaridade entre a crise e a esperança define o quadro actual da valorização simbólica da infância.

Conclusões

A caracterização atrás efectuada, com os respectivos indicadores, levará, na perspectiva da construção de uma proposta de educação integrada dos 0 aos 12 anos, à elaboração de respostas para as seguintes questões:

Como é que as mudanças estruturais da infância, enquanto categoria geracional, na sociedade portuguesa constroem a condição de aluno, na contemporaneidade? Que criança vive em cada aluno? Que desafios, que dilemas, que condições se colocam à actual escola pública dos 0 aos 12? Que políticas públicas são exigidas pelas condições actuais de existência?

Podemos enunciar alguns tópicos indiciadores de um princípio de resposta. Fá-lo-emos de modo sintético, sob a forma de algumas proposições que decorrem da análise efectuada, mas que encerram também alguns princípios de prospectiva a serem desenvolvidos:

– As realidades da infância contemporânea caracterizam-se pela complexificação das condições de existência;

– Melhoraram vários indicadores sociais, mas agravaram-se as desigualdades sociais, com consequências nas aprendizagens e na desigualização do acesso às fontes do saber e do conhecimento;

– Por seu turno, o processo de aprendizagem sofre os efeitos das transformações sociais e do declínio das instituições, numa era de “individualismo institucionalizado” (Beck e Beck-Gernsheim, 2003) e de globalização dos modelos de referência;

– A condição de aluno é, ademais, complexificada pelo aumento das expectativas sociais na escola e pela difícil compatibilização dessas expectativas com as condições reais de aprendizagem;

– A escola não pode resolver os problemas sociais, mas enquanto espaço educativo e lugar onde as crianças passam uma parte muito importante do seu tempo, não pode ficar indiferente a esses mesmos problemas;

– A pluralização dos códigos de referência, de valores, de representações e de modos de acesso ao saber – com pontos de ancoragem na natureza multicultural da sociedade contemporânea e na individualização crescente das referências e dos comportamentos – exige da escola uma atenção às condições sociais de existência das crianças que as frequentam e às suas características culturais. Sem essa atenção, a incomunicabilidade transforma-se na norma;

– O reforço do cuidado e da educação das crianças, nomeadamente por efeito de uma maior intervenção pública junto das crianças e, por consequência, de políticas mais integradas (Sarmiento, 2003), sendo uma necessidade decorrente da complexificação das condições de existência e do risco social, produz todo o seu sentido numa maior atenção à sequencialização coerente dos níveis de ensino e numa articulação mais consistente da educação com as restantes políticas sociais (de segurança social, de saúde, de família, no âmbito das políticas urbanas, etc.);

– A integração dos percursos escolares, nomeadamente na franja etária até aos 12 anos, poderá permitir uma maior adequação da escola às condições sociais de existência das crianças, pelo reforço da orientação

educativa, pelos ganhos de conhecimento e pela maior coesão e coerência dos processos socializadores;

– No segmento mais a montante do sistema (na educação dos 0 aos 3 anos) a construção de uma intencionalidade educativa, a par do aumento da oferta pública de cobertura, poderá favorecer uma articulação entre a instituição educativa e a família com ganhos mais adiante no processo educativo. Por outro lado, é a condição do aumento dos indicadores de conforto e de protecção das crianças e poderá ter ganhos adicionais na inversão da tendência de redução da natalidade;

– No segmento mais a jusante da franja etária coberta (dos 10 aos 12) a proposta de educação integrada dos 0 aos 12 poderá propiciar uma sequência progressiva, mais coerente com os processos culturais infantis e mais articulado com as formas de aprendizagem das crianças, formadas em boa medida no nível imediatamente anterior;

– Os ganhos na interacção familiar com a escola (maior proximidade, maior continuidade, maior coerência) terão consequência no processo *go-between* casa-escola (Perrenoud, 1995), influenciando as práticas familiares convergentes com o percurso escolar dos seus filhos e abrindo a escola à diversidade das formas de educação familiar e mesmo aos valores e formas diferenciados de vivência das crianças nos espaços domésticos;

– As políticas educativas só poderão ganhar se, em todas as dimensões da vida da escola, (organizacionais, administrativas, curriculares) as crianças forem consideradas na globalidade do seu ser, como membros plenos da vida escolar e se forem chamados a participar, ao nível das suas competências, no processo de decisão colectiva.

Referências

Alderson, Priscilla (2000). *Young children's rights: exploring beliefs, principles and practice*. London: JKP.

Almeida, Ana Nunes (2000). A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes. *Fórum Sociológico*, n.º 3/4 (2.ª série): 11-32.

- Almeida, Ana Nunes, e André, Isabel (2004), «O país e a família através das crianças – ensaio exploratório», *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 35: 5-37.
- Archard, David William (1993), *Children, Rights and Childhood*. London. Routledge.
- Ariès, Philippe (1973). *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris. Seuil. (1º Ed.:1960).
- Becchi, D'Egle & Julia, Dominique (Dir) (1998). *Histoire de l'Enfance en Occident*. 2 volumes. Paris. Ed du Seuil.
- Beck Ulrich (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London. Sage.
- Beck, Ulrich & Beck-Gernsheim (2003). *La Individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Baercelona. Paidós (trad. cast.).
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony & Lash, Scott (1997). *Reflexive modernization : politics tradition and aesthetics in the modern social order*. Cambridge. Polity Press.
- Buckingham, David (2000). *After the Death of Childhood. Growing up in the age of electronic media*. Cambridge. Polity Press.
- Comissão Nacional de Protecção para as Crianças e Jovens em Risco (2007). *Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Lisboa. Instituto de Segurança Social.
- Corsaro, William A. (1997). *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks. Pine Forge Press.
- Cunha, Vanessa (2007). *O Lugar dos Filhos: Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa. ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- Dubet, François (2002). *Le Déclin de L'Institution*. Paris: Seuil.
- Elias, Norbert (1991). *La Société des Individus*. Paris. Fayard.
- Fernandes, Natália (no prelo). *Infância e Direitos*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian/ Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Ferreira, Maria Manuela (2004). “A Gente Aqui o que Gosta Mais é de Brincar com os Outros Meninos” – *As Relações Sociais num Jardim da Infância*. Porto. Afrontamento.
- Franklin, Bob (Ed.) (2002). *The New Handbook of Children's Rights. Comparative Policy and Practice*. London. Routledge.
- Giddens, Anthony (1988). *New rules of sociological method: a positive critique of interpretative sociologies*. London. Hutchinson.
- Hammarberg, Thomas (2000). The UN Convention on the Rights of the Child – and how to make it work. *Human Rights Quarterly*, 12: 97-100.
- Heywood, Colin (2002) *A History of Childhood*. Cambridge: Polity Press.
- Humphries.
- Hofferth, Sandra L. & Owens, Timothy J. (Ed.) (2001). *Children at the Millennium: Where have we come from, where are we going?* Oxford, JAI/Elsevier Science.
- Duracell Toy Survey (2006). http://www.duracell.com/toys_europe/process.asp.
- Instituto de Segurança Social (2007) *Plano de Intervenção Imediata. Relatório da Situação de Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento*. Lisboa. ISS.
- Jodelet, Denise (dir) (1989). *Les Representations Sociales*. Paris. PUF.

- Lash, Scott & Urry, John (1987). *The End of Organised Capitalism*. Cambridge. Polity Press.
- Lee, Nick (2001). *Childhood and Society. Growing Up in an Age of Uncertainty*. Maidenhead. Open University Press.
- Padez, Cristina; Mourão, Isabel; Moreira, Pedro; Rosado, Vítor (2005). Prevalence and risk factors for overweight and obesity in Portuguese Children. *Acta Paediatrica*. 94, 1: 1550-1557.
- Perrenoud, P. (1995). *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*. Porto. Porto Editora (trad. port.; ed. original, 1994).
- Pinto, Manuel (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto. Afrontamento.
- Pinto, Manuel e Sarmento, Manuel Jacinto (Coord.) (1999) *Saberes Sobre As Crianças: Para um Bibliografia sobre as Crianças e a Infância em Portugal – 1974-1988*. Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Ponte, Cristina (2005). *Crianças em Notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico*. Lisboa. ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- Portugal – Instituto Nacional de Estatística (2001). *Inquérito à Ocupação do Tempo*, 1999. Lisboa. INE.
- Portugal – Instituto Nacional de Estatística (2006). *Anuário Estatístico de Portugal 2005*. Lisboa. INE.
- Portugal – Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003). *Trabalho Infantil em Portugal 2001. Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar*. Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho /SIETI.
- Portugal – Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2006). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão*. Lisboa. Ministério do Trabalho e da Segurança Social.
- Postman, Neil (1983). *The Disappearance of Childhood*. Penguin. London.
- Prout, Alan (2005). *The Future of Childhood*. London. Routledge Falmer.
- Qvortrup, Jens (1991). *Childhood as a Social Phenomenon - An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosocial – Report 36/1991. Vienne European Centre.
- Renaut, Alain (2002). *La Libération des Enfants*. Paris. Calman-Lévy.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2003). “O que cabe na mão... Proposições sobre políticas integradas para a infância”, *In D. Rodrigues (Org.), Perspectivas sobre a Inclusão: da Educação à Sociedade*. Porto. Porto Editora. (73-85).
- Sarmento, Manuel Jacinto (2004). “As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2.ª Modernidade”, *In M. J. Sarmento e A B. Cerisara (Org), Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação*. Porto. Asa.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2005). “Trabalho Infantil em Portugal: Controvérsias e Realidades.” *In Cristina Vieira et al. (Eds), Ensaio sobre o Comportamento Humano*. Coimbra. Almedina (95-116).
- Sarmento, Manuel Jacinto; Fernandes, Natália & Tomás, Catarina (no prelo). *Políticas Públicas e participação infantil. Educação, Sociedade e Culturas*.
- UNICEF (2003). *Child Maltreatment Deaths in Rich Nations*. Florence. Innocenti, Report Card n.º 5
- UNICEF (2005). *Child Poverty in Rich Countries*. Florence. Innocenti, Report Card n.º 6.

UNICEF (2006). *The State of the World's Childre 2007. Women and Children. The Doubled Dividend of Gender Equality* New York. Unicef.

Wall, Karin (no prelo). *Políticas Familiares em Portugal*. Lisboa. ICS-Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, Karin (org.) (2005). *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa. ICS-Imprensa de Ciências Sociais.